



APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A.

e

APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO
COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA
“AQUISIÇÃO DE LANCHAS PARA TRANSPORTE DE PILOTOS”

54-CP-2025 S373/2025

Programa do Procedimento

ÍNDICE GERAL DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO

Anúncio no Diário da República

Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

Programa do Concurso, incluindo:

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública

Anexo II – Requisitos mínimos

Anexo III - Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos

Anexo IV – Modelo de proposta de preço, de prazo de entrega da embarcação, de prazo de garantia, de prazo de resposta a pedido de intervenção e de características técnicas da lancha

Anexo V - Nota justificativa do preço

Anexo VI – Modelo de avaliação das propostas

Anexo VII - Modelo de confirmação por subcontratado dos seus compromissos

Anexo VIII - Modelo da declaração de habilitação

Anexos IX a XI – Modelos de caução

Convite, incluindo:

Anexo I – Modelo de declaração de aceitação do caderno de encargos

Anexo II – Modelo de proposta de preço, de prazo de entrega da embarcação, de prazo de garantia, de prazo de resposta a pedido de intervenção e de características técnicas da lancha

Anexo III – Nota justificativa do preço

Anexo IV- Modelo de avaliação das propostas

Anexo V - Modelo de confirmação por subcontratado dos seus compromissos

Anexo VI - Modelo da declaração de habilitação

Anexo VII – Modelos de caução

Caderno de Encargos, incluindo em anexo Cláusulas Técnicas (Programa Preliminar)

Art.º 1.º

OBJETO, TIPO E DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de duas embarcações destinadas ao serviço de pilotagem, para operar no porto de Lisboa sob jurisdição da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., abreviadamente designada por APL, S.A., e nos portos de Setúbal e Sesimbra sob jurisdição da APSS – Administração dos portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., abreviadamente designada por APSS, S.A..
2. O fornecimento que se refere o número anterior abrange o desenvolvimento do projeto, a construção e o aprestamento das embarcações, de acordo com os termos e requisitos constantes do Caderno de Encargos.
3. O procedimento de contratação adotado segue a forma **de Concurso Limitado por Prévia Qualificação** com publicação de anúncio no **Jornal Oficial da União Europeia, com dois lotes**, para celebração de dois contratos, um por entidade adjudicante e referente ao respetivo lote, que é celebrado com o adjudicatário que apresente a melhor proposta para o respetivo lote, nos termos do art.º 46.º-A do Código dos Contratos Públicos e tem a designação de **“Aquisição de Lanchas para Transporte de Pilotos”, ref.ª 54-CP-2025 e S 373/2025**
4. O procedimento de concurso limitado por prévia qualificação integra as seguintes fases:
 - a) apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
 - b) apresentação de propostas pelos candidatos qualificados, análise das propostas e adjudicação.
5. As Peças do Procedimento são constituídas, para além dos anúncios no Jornal Oficial da União Europeia e no Diário da República, pelas a seguir indicadas e constantes no respetivo índice geral:
 - Programa do Procedimento;
 - Convite à apresentação de propostas;
 - Caderno de Encargos, incluindo:

a) Cláusulas Jurídicas;

b) Cláusulas Técnicas (Programa Preliminar).

6. O presente procedimento rege-se pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, atualmente a decorrente do Decreto-Lei n.º 66/2025, de 10 de abril, e demais legislação aplicável, incluindo o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços, a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, todos os diplomas na sua redação aplicável disponível em <https://diariodarepublica.pt/> e <https://www.siluc.pt/>.

Art.º 2.º

ENTIDADES ADJUDICANTES

As entidades adjudicantes, são a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., adiante designada APL, S.A., com o número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) 501 202 021, com sede na Gare Marítima de Alcântara, 1350-355, Lisboa, com o número de telefone +351 213 922 000 e com o endereço de correio eletrónico geral@portodelisboa.pt e APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., com sede na Praça da República, s/n, 2904-508 Setúbal, com o número de telefone +351 265 542 000 e com o endereço de correio eletrónico apss-concursos@portodesetubal.pt, em Agrupamento de Entidades Adjudicantes, sendo o procedimento conduzido pela APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A..

Art.º 3.º

ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelos Conselhos de Administração da APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., e da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., através das deliberações, respetivamente, nº 21, de 22/05/2025 e n.º 245, de 22/05/2025, ao abrigo de poderes próprios, os quais constituem, nos termos do

disposto no artigo 36.º, n.º 1 do CCP, os órgãos competentes para autorizar a despesa, doravante, em conjunto, “órgão competente para a decisão de contratar”.

Art.º 4.ª

DISPONIBILIDADE DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 4.1. As peças do procedimento são integralmente disponibilizadas, desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, em suporte eletrónico, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública adiante designada apenas por plataforma eletrónica, no endereço www.acingov.pt nas condições definidas nos números seguintes.
- 4.2. As peças do procedimento são também disponibilizadas no Centro de Documentação e Arquivo, sito no Edifício Infante D. Henrique, Doca de Alcântara Norte, 1399-012 Lisboa, onde podem ser examinadas, durante as horas de expediente (das 9:30h às 12:30h e das 14:00 às 17:00h), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 4.3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do concurso a partir da plataforma eletrónica referida no n.º 4.1, devendo para tanto proceder ao respetivo registo de acordo com as indicações constantes do mesmo.

Art.º 5.ª

JÚRI

- 5.1. O Júri do procedimento é composto por três membros efetivos e dois suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.
- 5.2. O Júri do Procedimento pode designar um secretário de entre o pessoal dos serviços das Entidades Adjudicantes.
- 5.3. Compete ao Júri, nomeadamente:
 - a) Proceder à apreciação das candidaturas;
 - b) Prestar esclarecimentos;

- c) Proceder à apreciação das Propostas;
 - d) Elaborar relatórios de análise das candidaturas e das Propostas.
- 5.4. Compete ao Júri exercer as competências que lhe são delegadas pelo órgão competente para a decisão de contratar, sem prejuízo da possibilidade de avocação das mesmas.

Art.º 6.º

ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTOS

- 6.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados ao Júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço dos prazos fixados para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente.
- 6.2. Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados, por escrito, pelo Júri, até ao termo do segundo terço dos prazos fixados para a apresentação de Candidaturas e das Propostas, respetivamente, e notificados a todos os interessados que se inscrevam no concurso, sendo disponibilizados na plataforma eletrónica.
- 6.3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, por sua iniciativa, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e nos aos prazos referido no número anterior.
- 6.4. A falta de cumprimento do prazo referido no n.º 6.2, poderá implicar, nos termos do n.º 3 do artigo 64.º do CCP, a prorrogação do prazo para apresentação das Candidaturas e das Propostas, por período equivalente, no mínimo, ao do atraso verificado.
- 6.5. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n.º 5 do artigo 64.º do CCP.
- 6.6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Art.º 7.º

ERROS E OMISÕES

- 7.1. No mesmo prazo referido em 6.1, os interessados, por escrito, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt:
- a) devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 50.º do CCP;
 - b) podem apresentar pedidos de correção ou de alteração do regime da revisão de preços estabelecido no caderno de encargos (ou a sua previsão em caso de omissão).
- 7.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se-á sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ela expressamente aceites, e, quando a isso instado, informa os interessados registados sobre a fórmula ou fórmulas do regime de revisão de preços a constar das propostas a apresentar.
- 7.3. O Órgão competente para a decisão de contratar identificará os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
- 7.4. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetadas pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 7.3 e a prorrogação do prazo, se for o caso, serão publicadas na plataforma eletrónica e juntas aos documentos que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados imediatamente notificados do facto.

Art.º 8.º

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 8.1. Por motivos de segredo comercial, industrial ou outro, os interessados podem requer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das

Candidaturas e das Propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta, para efeitos da restrição do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.

- 8.2. A decisão sobre a classificação de documentos que constituem a Candidatura e a Proposta será notificada aos interessados, pelo Júri, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente.
- 8.3. Considera-se não escrita ou não declarada classificação de um documento que não tenha sido expressamente autorizada nos termos do disposto nos números anteriores.
- 8.4. Se no decurso do Procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a classificação de documentos que constituem as Candidaturas e/ou as Propostas, o Júri promoverá, oficiosamente, a respetiva desclassificação, informando do facto todos os interessados.
- 8.5. Quando, por força da classificação de documentos que constituem a Candidatura ou a Proposta, não seja possível apresentá-los nos termos e nos prazos previstos para a apresentação das Candidaturas e das Propostas, respetivamente, o Júri estabelecerá, oficiosamente ou a pedido do interessado, um modo alternativo de apresentação dos documentos em causa ou a prorrogação daquele prazo na medida do estritamente necessário.

Art.º 9.º

CANDIDATOS AO PRESENTE PROCEDIMENTO

- 9.1. Apenas podem ser concorrentes no presente Procedimento as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 9.2. É permitida a apresentação de Candidatura por um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre os membros que o compõem exista qualquer modalidade jurídica de associação no momento da apresentação da Candidatura.

- 9.3. Sem prejuízo da constituição jurídica dos agrupamentos não ser exigida no momento da apresentação da Candidatura, todos os membros do agrupamento, e apenas estes, obrigam-se, em caso de adjudicação, a constituírem-se juridicamente numa única entidade, agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou consórcio externo, em qualquer dos casos em regime de responsabilidade solidária passiva dos consorciados, agrupados ou acionistas, entre si e com o consórcio, agrupamento ou sociedade tendo em vista a celebração do contrato objeto do presente procedimento, devendo as entidades que compõem o agrupamento concorrente indicar o representante do agrupamento ou consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.
- 9.4. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos neste procedimento de forma isolada, nem integrar outro agrupamento candidato.
- 9.5. Todos e cada um dos membros de um agrupamento candidato deverão cumulativamente assumir responsabilidade solidária perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação da proposta, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato.
- 9.6. As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 9.7. Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração, nomeadamente cessão de posição, ao agrupamento concorrente depende de prévia autorização escrita da(s) Entidade(s) Adjudicante(s).

Art.º 10.º

DOCUMENTOS DA CANDIDATURA

- 10.1. A candidatura será constituída pelos seguintes documentos (que não podem, sob pena de exclusão, conter qualquer referência indiciadora de algum dos atributos da proposta) a apresentar nos termos previstos no artigo seguinte:
- a) Documento/s Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), o qual deve ser assinado pelo Candidato ou por representante com poderes para o obrigar ou, no caso de agrupamento de candidatos, pelo representante comum dos membros que o integram (ou, não existindo representante comum, sendo assinados pelos representantes de todos os seus membros), declarando obrigatoriamente além dos demais elementos em geral exigidos no DEUCP os elementos respeitantes à capacidade financeira do respetivo operador económico, nomeadamente (quanto aos 3 (três) últimos exercícios, ou aos exercícios em que tenham sido apresentadas Contas quando tenha iniciado a atividade há menos de 3 anos):
 - i. o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA);
 - ii. volume global dos seus negócios;
 - iii. volume global dos seus negócios relativo à construção naval; e
 - iv. os rácios de liquidez geral e de autonomia financeira;
 - b) se aplicável, procurações e instrumentos de mandato, incluindo os referidos no art.º 9.6.;
 - c) Declaração indicando o(s) representantes do candidato ou, em caso de agrupamento, o Representante Comum referido no art.º 9.6 (ou, não existindo representante comum, dos representantes de todos os seus membros);
 - d) Declaração indicando quais os terceiros subcontratados, se aplicável, que se comprometem, incondicionalmente, a realizar as prestações objeto do contrato a celebrar que lhes incumbem e da parte do contrato que o operador económico tenciona eventualmente subcontratar;

- e) Documento comprovativo de que se encontra pode exercer a atividade de construção naval, emitido pelas autoridades competentes do Estado onde tem a sua sede ou onde exerce a atividade;
 - f) Listagem descritiva dos principais fornecimentos das embarcações construídas nos últimos 3 (três) anos, especificando as características principais das embarcações do mesmo tipo da que se pretende adquirir no respetivo Contrato deste Procedimento (lancha de pilotos), a que se refere o art.º 14.2, alínea a), subalínea ii., elaborada nos termos previstos no número seguinte deste art.º 10.º;
e
 - g) Outros documentos, facultativos, que o Candidato considere conter elementos relevantes para a apreciação da sua competência e experiência no domínio da construção naval.
- 10.2. A listagem referida na alínea f) do número anterior deve conter os seguintes elementos relativamente apenas às embarcações a que se refere o art.º 14.2. alínea a) subalínea ii.:
- a) Características principais de cada embarcação do mesmo tipo listada, com indicação de:
 - i. Tipo de embarcação;
 - ii. Dimensões principais (comprimento fora-a-fora, boca e pontal);
 - iii. Potência dos motores propulsores e descrição do sistema propulsor;
 - iv. Arranjo geral;
 - b) Montante ou preço global de cada embarcação fornecida;
 - c) Identificação do destinatário adquirente;
 - d) Declarações comprovativas dos destinatários/adquirentes dos fornecimentos efetuados, com indicação, pelos destinatários/adquirentes, da boa execução do contrato.
- 10.3. Os documentos comprovativos do declarado pelo Candidato no Documento Europeu Único de Contratação Pública como previsto no art.º 10.1. alínea a)

quanto ao cumprimento da capacidade serão apresentados nos termos e no prazo indicado no art.º 14.º 2. deste Programa.

- 10.4. No caso de, na ordem jurídica do país de origem do Candidato não existir documento idêntico a qualquer um dos requeridos, pode o mesmo ser substituído por declaração sob compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
- 10.5. Os documentos referidos nos números anteriores são assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada pelo Candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar nos termos do art.º 51.º.
- 10.6. No caso de o Candidato ser um agrupamento, devem ser observadas as seguintes regras, sob pena de exclusão da candidatura:
- a) Deverá acompanhar a candidatura uma declaração em que se especifique a composição do agrupamento, com indicação da percentagem de participação de cada entidade e na qual, ainda, cada um dos membros assuma a responsabilidade solidária perante a Entidade Adjudicante pela manutenção da candidatura e da proposta e, em caso de adjudicação, se obrigam a, antes da celebração do contrato, assumir a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária;
 - b) Todas as declarações que constituem a candidatura, bem como a referida na alínea anterior, são assinadas com recurso a assinatura eletrónica qualificada sempre que exigido nos termos do art.º 51.º, por representante(s) de cada um dos membros do agrupamento ou pelo Representante Comum, nomeado nos termos do art.º 9.6.;
 - c) O documento referido na alínea a) deste art.º 10.1. deve ser apresentado por cada um dos membros que integram o agrupamento, individualmente;
 - d) Os documentos referidos nas alíneas e) e f) deste art.º 10.1. podem ser apresentados apenas por um ou alguns dos membros do agrupamento.
- 10.7. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, todos os documentos da Candidatura serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua

estrangeira, devendo o Candidato, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, prevalecendo a tradução sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

- 10.8. Quando em função da especificidade técnica dos documentos da candidatura não se justificar proceder à respetiva tradução, poderá o Candidato apresentar os mesmos em língua inglesa.

Art.º 11.ª

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As Candidaturas devem ser apresentados na plataforma eletrónica até às 23h59, hora local de Lisboa, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia.

Art.º 12.ª

RETIRADA DAS CANDIDATURAS

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Candidaturas, os interessados que já as tenham apresentado podem proceder à retirada das mesmas, sem prejuízo do direito de apresentação de nova candidatura dentro daquele prazo.

Art.º 13.ª

LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS CANDIDATURAS APRESENTADAS

- 13.1. O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, procede à abertura das candidaturas e, posteriormente, à publicação da lista dos candidatos na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.
- 13.2. Mediante a atribuição de um nome de utilizador ("*login*") e de uma senha ("*password*"), aos candidatos incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as candidaturas apresentadas.

- 13.3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos candidatos pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da candidatura.
- 13.4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a candidatura do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2. deste artigo.

Art.º 14.º

ANÁLISE DAS CANDIDATURAS E REQUISITOS MÍNIMOS

- 14.1. O júri do concurso aprecia as candidaturas para efeitos de qualificação dos respetivos Candidatos pela Entidade Adjudicante.
- 14.2. Para efeitos de qualificação, os Candidatos deverão preencher os seguintes requisitos mínimos de:
- a) capacidade técnica:
- i. Volume de construção anual médio nos últimos 3 (três) anos, ou nos exercícios em que tenham sido apresentadas Contas quando o Candidato tenha iniciado a atividade há menos de 3 (três) anos, igual ou superior a 1.800.000,00€ (um milhão e oitocentos mil euros);
 - ii. Ter construído, nos últimos 3 (três) anos, pelo menos 2 (duas) embarcações do mesmo tipo da que se pretende adquirir no respetivo Contrato deste Procedimento (lancha de pilotos), com um valor ou preço unitário igual ou superior a 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
- b) capacidade financeira: conforme definido no **Anexo II** ao presente Programa.
- 14.3. O preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira será comprovado pela avaliação dos documentos referidos nas alíneas a), e) e f) do art.º 10.1., e, sendo o caso, dos documentos facultativos que sejam relevantes a que se refere a alínea h) do art.º 10.1., bem como pela avaliação dos documentos referidos no art.º 20.2..

14.4. No caso de o Candidato ser um agrupamento, a observância dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira indicados no art.º 14.2. obedecerá às seguintes regras:

- a) Os requisitos de capacidade técnica podem ser preenchidos apenas por um ou alguns dos membros do agrupamento, nos termos do art.º 15.2, sendo necessário que ambos os requisitos de capacidade técnica (identificados no art.º 14.2. alínea a) subalínea i. e subalínea ii.) sejam cumpridos cumulativamente pela mesma entidade;

14.5. Os requisitos de capacidade financeira, identificados no **Anexo II**, podem ser preenchidos por apenas um dos membros do agrupamento.

Art.º 15.ª

QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

15.1. É adotado no presente Procedimento o Modelo Simples de Qualificação previsto no artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos, nos termos do qual serão qualificados todos os Candidatos que preencham os requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira.

15.2. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o Candidato recorra a terceiras entidades, a capacidade destas apenas aproveita àquele na estrita medida das prestações objeto do contrato a celebrar que essas entidades se comprometam a realizar.

15.3. Considera-se que equivale ao preenchimento do requisito mínimo de capacidade financeira referido no art.º 14.2. alínea b), a apresentação de declaração bancária conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa, ou, no caso de o Candidato ser um agrupamento, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.

15.4. A revogação, a invalidade, a ineficácia ou a extinção, a qualquer título, da declaração bancária apresentada nos termos do número anterior, determina a exclusão do respetivo Candidato do concurso, ou, no caso de a respetiva proposta

já ter sido objeto de adjudicação, a caducidade desta última, sendo, neste caso, adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

- 15.5. Quando se produza após a celebração do contrato, a revogação, a invalidade, a ineficácia ou a extinção, a qualquer título, da declaração bancária referida nos números anteriores, será inoponível à Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS DOCUMENTOS DAS CANDIDATURAS

- 16.1. O júri poderá pedir aos Candidatos quaisquer esclarecimentos sobre os documentos, da sua autoria, destinados à qualificação que considere necessários para efeitos de análise das candidaturas.
- 16.2. Os esclarecimentos referidos no número anterior fazem parte integrante das respetivas candidaturas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem ou não visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do n.º 2 do artigo 184.º do Código dos Contratos Públicos.

Art.º 17.ª

RELATÓRIO PRELIMINAR DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

- 17.1. Após a análise das candidaturas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a qualificação dos Candidatos.
- 17.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor a exclusão das candidaturas que se encontrem em qualquer das situações referidas no disposto no artigo 184.º n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, incluindo as candidaturas que contenham qualquer referência indiciadora de algum dos atributos da proposta.
- 17.3. Do relatório preliminar da fase de qualificação deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos Candidatos nos termos do disposto no número anterior.

Art.º 18.ª

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o relatório preliminar referido no número anterior, o júri envia-o a todos os Candidatos, fixando-lhes um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Art.º 19.ª

RELATÓRIO FINAL DA FASE DE QUALIFICAÇÃO

- 19.1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Candidatos efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda determinar a exclusão de qualquer candidatura se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 184.º do Código dos Contratos Públicos.
- 19.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma desqualificação de Candidatos relativamente ao disposto no relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
- 19.3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
- 19.4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as candidaturas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de qualificação de Candidatos.

Art.º 20.ª

DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

- 20.1. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação, sendo a mesma notificada aos Candidatos pelo júri no prazo máximo de 44 (quarenta e quatro) dias após o termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, acompanhada do relatório final da fase de qualificação.
- 20.2. Juntamente com a notificação da decisão de qualificar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica os candidatos, concedendo-lhe um prazo de 15 (quinze) dias para:
- a) Apresentar os documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade exigidos no programa do concurso, sempre que se revele necessário e tais requisitos tenham apenas sido declarados mediante a apresentação do Documento Europeu Único de Contratação Pública, designadamente (relativamente aos 3 (três) últimos exercícios, ou aos exercícios em que tenham sido apresentadas Contas quando o Candidato tenha iniciado a atividade há menos de 3 anos) cópia do Relatório e Contas e respetiva certificação legal de contas, quando a ela a sociedade esteja obrigada, ou da respetiva declaração para efeitos de impostos (como a Declaração IES (Informação Empresarial Simplificada)), para demonstração do cumprimento dos requisitos financeiros mínimos exigidos nos termos do art.º 14.2. (ou a apresentação da declaração bancária como previsto no art.º 15.3);
 - b) Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos aos requisitos referidos na alínea anterior.
- 20.3. A decisão de qualificação caduca quanto ao candidato que, no prazo fixado na notificação a que se refere o art.º 20.2.:
- a) não apresente qualquer um dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade; ou

- b) não demonstre o cumprimento dos requisitos mínimos de capacidade exigidos no programa do concurso.
- 20.4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da qualificação nos termos do número anterior, a entidade adjudicante notifica o Candidato relativamente ao qual o facto ocorreu para, no prazo de cinco dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sendo aplicável com as necessárias adaptações os preceitos dos n.º 3 e 4 do artigo 86.º do CCP.
- 20.5. Notificados pela entidade adjudicante todos os Candidatos, qualificados ou não, da decisão tomada, os Candidatos qualificados passam à fase seguinte em condições de igualdade.

Art.º 21.ª

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Com a notificação referida no artigo anterior, a entidade adjudicante envia aos Candidatos qualificados, em simultâneo, um convite à apresentação de propostas.

Art.º 22.ª

DOCUMENTOS DA CANDIDATURA

22.1. A proposta a apresentar por cada Candidato Qualificado, uma por lote, deve ser constituída pelos seguintes documentos, que não devem, em nenhum caso, contrariar o estipulado no Convite, neste Programa e no Caderno de Encargos (nem conter rasuras ou entrelinhas, salvo se devidamente ressalvadas):

- a) declaração do Candidato Qualificado de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa (correspondente ao Anexo I do Código dos Contratos Públicos), assinada por representante do Candidato Qualificado através de assinatura eletrónica;
- b) documentos que em função dos aspetos submetidos a avaliação contenham os atributos da proposta (assinados por representante do Candidato Qualificado através de assinatura eletrónica):

- i. uma proposta de preço, de prazo de entrega da embarcação, de prazo de garantia, de prazo de resposta a pedido de intervenção e de características técnicas da lancha, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo IV** ao presente Programa;
- c) documentos relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos a avaliação (assinados por representante do Candidato Qualificado através de assinatura eletrónica):
 - i. uma nota justificativa do preço proposto, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo V** ao presente Programa;
 - ii. uma lista de preços unitários totalizando o preço proposto de acordo com o modelo do **Anexo IV** ao presente Programa;
 - iii. uma proposta técnica, instruída com os seguintes documentos e elementos, organizados pela ordem, e de acordo com as alíneas, que de seguida se indicam:
 - A. Plano de trabalhos e planeamento da construção, incluindo a sequência das principais tarefas a executar, com indicação dos prazos de execução das seguintes tarefas, de acordo com o prazo de entrega da embarcação proposto:
 - a. Desenvolvimento do projeto de construção e aprovação por Sociedade Classificadora membro da International Association of Classification Societies (IACS) ou por Sociedade Classificadora que demonstre cumprir requisitos equivalentes;
 - b. Programa das consultas e encomendas de materiais, máquinas e equipamentos;
 - c. Programa dos trabalhos de produção, incluindo a laminagem e aprestamento;
 - d. Programa das provas durante a construção e provas finais;
 - B. Memória descritiva elaborada com a mesma sistematização do Programa Preliminar em anexo ao Caderno de Encargos;

- C. Lista dos equipamentos principais, coerente com o Programa Preliminar anexo ao Caderno de Encargos, com descrição dos modelos, características técnicas principais, prazos de garantia não inferior a 3 (três) anos e assistência técnica em Portugal, acompanhados dos respetivos catálogos e manuais técnicos de operação;
 - D. Declaração da qual conste o consumo horário de combustível da instalação propulsora nas condições de máximo deslocamento e à velocidade máxima de operação conforme definido no Programa Preliminar e estimativa de custos médios anuais de manutenção acompanhados das respetivas fichas técnicas de justificação;
 - E. Arranjo de interiores, coerente com o Programa Preliminar anexo ao Caderno de Encargos;
 - F. Indicação da lista de sobresselentes para os equipamentos principais a serem incluídos no fornecimento, conforme recomendação do fabricante e lista incluída no Programa Preliminar;
- iv. Uma declaração na qual o Candidato Qualificado indique assegurar meios próprios e/ou contratados, logísticos e humanos, em território português para assistência no período de garantia e pós-venda, indicando também a forma como o Candidato Qualificado prestará eficazmente assistência técnica no período pós-venda, bem como no período de garantia;
- d) quaisquer outros documentos que o Candidato Qualificado considere indispensáveis, designadamente elementos técnicos que julgue úteis para o completo esclarecimento da sua proposta (assinados por representante do Candidato Qualificado através de assinatura eletrónica);
- e) caso o concorrente indique que recorre a entidades terceiras e sem prejuízo da sua indicação no Documento Europeu Único de Contratação Pública apresentado na fase de candidatura, identificação do(s) subcontratado(s) e do âmbito da sua intervenção, mencionando os trabalhos que pretende subcontratar (sem prejuízo da declaração de confirmação de compromissos de terceiros a apresentar nos termos art.º 39.2 deste Programa após a adjudicação) (assinado por representante do Candidato Qualificado através de assinatura eletrónica);

- f) sendo o caso, documentação para comprovar os poderes do representante do Candidato Qualificado, como certidão de registo comercial (ou respetivo código de acesso) e procuração ou ata de deliberação do respetivo órgão de gestão.

6.2. As referidas assinaturas por representante do Candidato Qualificado devem ser efetuadas através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos indicados no art.º 51.º deste Programa.

6.3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento, os documentos referidos neste artigo como exigindo assinatura devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram (caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros) ou, não existindo representante comum, devem ser assinados pelos representantes de todos os seus membros.

6.4. Cada Candidato Qualificado tem de apresentar uma proposta para pelo menos um dos dois lotes.

Art.º 23.ª

INDICAÇÃO DO PREÇO

23.1. O preço constante da Proposta é expresso em euros, indicado em algarismos e por extenso, de acordo com o modelo que constitui o referido Anexo IV, e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

23.2. Quando o preço constante da Proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o indicado em algarismos.

23.3. Sempre que na Proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais unitários ou não, mais decompostos.

23.4. Não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do previsto no art.º 71.º do Código dos Contratos Públicos quando o preço se revele insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.

Art.º 24.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos.

Art.º 25.º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

25.1.A totalidade dos documentos que integram a Proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação até 25 dias a contar do envio do convite aos candidatos qualificados, sem prejuízo da sua eventual prorrogação nos termos dispostos no art.º 6.º.

25.2.O concorrente ou representante que tenha poderes para o obrigar assina com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art.º 51., os documentos que integram a proposta, sob pena de exclusão da proposta nos termos da legislação em vigor.

25.3.Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

25.4.Nos termos do disposto no n.º 2 e 3 do artigo 58.º do Código dos Contratos Públicos, os catálogos e manuais de operação que sejam apresentados com a proposta estão dispensados de tradução em língua portuguesa, quando apresentados em língua inglesa.

Art.º 26.º

PRAZO DE OBRIGATORIEDADE DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os Concorrentes são obrigados a manter as respetivas Propostas pelo prazo de 66 dias contados da data de termo do prazo que vier a ser fixada para a apresentação das Propostas.

Art.º 27.ª

RETIRADA DAS PROPOSTAS

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, sem prejuízo de apresentação de nova Proposta dentro daquele prazo.

Art.º 28.ª

LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS CANDIDATURAS

28.1.O júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, procede à sua abertura e, posteriormente, à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica.

28.2.O interessado que não tenha sido incluído na lista dos Concorrentes pode reclamar desse facto no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta, devendo o Júri, caso a reclamação seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, fixar-lhe novo prazo para a apresentar, sendo aplicável com as necessárias adaptações o disposto no número anterior deste artigo.

28.3.É facultada aos concorrentes incluídos na lista a consulta de todas as Propostas apresentadas.

Art.º 29.ª

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

29.1.As Propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfatores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

29.2.São excluídas as Propostas cuja análise revele serem abrangidas pelo disposto no n.º 2 do art.º 146.º do CCP ou no n.º 2 do art.º 70.º do CCP, designadamente:

- a) tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação, a que se refere o art.º 9.1. do Convite, sem prejuízo da sua alteração, designadamente nos termos do art.º 5.º do Convite;
- b) sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no art.º 2.7. al. b) do Convite, quanto a agrupamentos;
- c) sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos, relativamente a qualquer dos seus membros, a Entidade Adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, como indicado no art.º 2.5 do Convite;
- d) não sejam constituídas por todos os documentos exigidos ou que não sejam devidamente assinados, tudo nos termos do disposto no art.º 6.º do Convite;
- e) configure a apresentação de mais de uma proposta quando propostas variantes não sejam admitidas pelo art.º 7.1. do Convite (ou, se admitidas, sejam em número superior ao número máximo por ele admitido ou, ainda, que sejam apresentadas como variantes quando não seja apresentada a proposta base ou quando seja proposta a exclusão da respetiva proposta base);
- f) que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos indicados no art.º 9.º do Convite;
- g) que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
- h) que assentem em pressupostos inexequíveis ou cujos elementos sejam incoerentes ou, ainda, que impossibilitem a avaliação de atributos da proposta; ou
- i) cuja análise revele, nos termos do art.º 70.º do Código dos Contratos Públicos:
 - i. que desrespeita manifestamente o objeto do contrato a celebrar, ou que não apresenta algum dos atributos submetidos a avaliação ou algum dos termos ou condições exigidos no art.º 6.º do Convite ou apresente atributos ou termos ou condições que violem o Caderno de Encargos;
 - ii. a impossibilidade de avaliação da proposta em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos submetidos a avaliação;
 - iii. que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - iv. um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos do disposto no art.º 7.º do Convite;
 - v. que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis; ou
 - vi. a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Art.º 30.ª

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS E DOCUMENTOS QUE AS ACOMPANHAM

- 30.1.O júri do procedimento pode pedir aos Concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as Propostas apresentadas.
- 30.2.Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes a que se refere o número anterior fazem parte integrante das respetivas Propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinassem a sua exclusão, nos termos do disposto no art.º 29.2..
- 30.3.O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
- 30.4.O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 30.5.Os pedidos de esclarecimentos do Júri bem como os esclarecimentos prestados pelos Concorrentes fazem parte do presente Procedimento, sendo todos os Concorrentes imediatamente notificados do teor dos mesmos.

Art.º 31.ª

LEILÃO ELETRÓNICO

Não haverá lugar a leilão eletrónico.

Art.º 34.ª

CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

34.1.A avaliação é feita por lote segundo o critério da Proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, de acordo com o modelo de avaliação das Propostas constante do **Anexo VI** do presente Programa de Procedimento, no qual se ponderam os seguintes 3 (três) fatores, um deles subdividido em 4 (quatro) subfatores elementares e outro em 2 (dois) subfactores elementares, valorados até à segunda casa decimal:

- a) **Preço (A)**, correspondente a uma ponderação na avaliação global de **60%**;
- b) **Qualidade Técnica da Proposta (B)** correspondente a uma ponderação na avaliação global de **35 %**, subdivido em 4 (quatro) subfactores, a saber:

B1 Velocidade nós (a 85%MCR);

B2 Autonomia a 25 nós (em milhas);

B3 Potência propulsora por motor (em Kw); e

B4 Rotação máxima (RPM);

correspondendo a uma ponderação de **25%**, cada;

- c) **Condições de Garantia (C)** correspondente a uma ponderação na avaliação global de **(5%)**, subdivido em 2 (dois) subfatores, a saber:

C1 Prazo de Garantia; e

C2 Resposta de Intervenção a Condições de Garantia:

correspondendo a uma ponderação de **50%**, cada.

34.2.As propostas serão ordenadas em ordem decrescente, correspondendo a proposta economicamente mais vantajosa à ordenada em primeiro lugar, e assim sucessivamente.

34.3.Em caso de empate entre as propostas mais vantajosas para a Entidade Adjudicante, impedindo a adjudicação, a adjudicação será feita, no lote em causa, à proposta com o preço mais baixo e se ainda assim se mantiver empate entre as propostas mais vantajosas resultantes, prevalece a proposta com melhor avaliação no fator

Qualidade Técnica da Proposta, sendo que se continuar a se manter empate entre as novas propostas mais vantajosas resultantes será feito para desempatar, entre estas um sorteio, aberto ao público, nas instalações da APL, S.A., em data e hora a indicar com a antecedência mínima de cinco dias úteis.

34.4. Não existe número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente.

Art.º 35.ª

RELATÓRIO PRELIMINAR

35.1. Após a análise das Propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das mesmas.

35.2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri propõe também, fundamentadamente, a exclusão das Propostas por qualquer dos motivos previstos no art.º 29.2 e nas disposições legais aí referidas.

35.3. Do relatório preliminar constará ainda a referência aos esclarecimentos prestados pelos Concorrentes nos termos do art.º 30.º.

35.4.

Art.º 36.ª

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Elaborado o Relatório Preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os Concorrentes, fixando-lhe um prazo, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Art.º 37.ª

RELATÓRIO FINAL

37.1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos Concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as

conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de Propostas iniciais se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.

37.2.No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das Propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no número anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

37.3.O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Cabe ao Órgão Competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação e/ou exclusão.

Art.º 38.º

DEVER DE ADJUDICAÇÃO

Sem prejuízo do disposto no n.º 45. e do previsto no art.º 70.º n.º 6 do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar tomará a decisão de adjudicação e notificá-la-á aos Concorrentes até ao termo do prazo de manutenção das Propostas, podendo por motivo devidamente justificado ser esta decisão tomada e notificada aos Concorrentes após o termo do prazo referido, sem prejuízo do, neste último caso, direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Art.º 39.º

NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

39.1.A decisão de adjudicação relativamente a cada lote, nos termos do art.º 73.º n.º 2 do CCP, será notificada, em simultâneo, pela entidade adjudicante a todos os Concorrentes.

39.2.Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notificará o adjudicatário para:

- a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do art.º 40.º e seguintes deste Programa;
- b) Prestar caução nos termos do disposto nos art.º 46. e 47. deste Programa, indicando expressamente o seu valor;

- c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da Proposta adjudicada nos termos do disposto no art.º 44.1. deste Programa e no art.º 92.º e seguinte do CCP, através da apresentação pelo Adjudicatário de confirmação subscrita pelo subcontratado dos compromissos por si assumidos relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada conforme modelo constante do **Anexo VII** deste Programa;
- d) se pronunciar sobre a minuta de contrato, nos termos indicados no art.º 48.º deste Programa.

39.3.As notificações referidas nos números anteriores serão acompanhadas do Relatório Final de análise das Propostas.

Art.º 40.ª

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PRAZO DA SUA APRESENTAÇÃO

40.1.O Adjudicatário deve apresentar na Plataforma Eletrónica de Contratação, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação, designadamente para comprovar que o Adjudicatário, e eventuais subcontratados, não se encontra nas situações previstas no n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, nos termos da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

- a) declaração elaborada conforme modelo constante do **Anexo VIII** ao presente Programa;
- b) certificado emitido pela entidade competente relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere à Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) certificado emitido pela entidade competente relativo à regularidade da situação contributiva do Adjudicatário no que se refere ao pagamento de impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) certificado de registo criminal do Adjudicatário, ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do

qual resulte que que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (ou declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado);

- e) certificado de registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções do Adjudicatário ou, na sua falta, de documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que que o adjudicatário não se encontra abrangido por nenhum dos casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP (ou declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado);
- f) certidão de registo comercial do Adjudicatário (ou respetivo código de acesso na internet), caso certidão ou código anteriormente apresentado já não se encontre válido, para confirmação da identidade dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções do Adjudicatário;
- g) comprovativo do registo e atualização de beneficiário efetivo, nos termos do art.º 36.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação aplicável.

40.2.Caso o Adjudicatário recorra a subcontratado, além da confirmação prevista no art.º 39.2 al. c), deve também apresentar na plataforma eletrónica de contratação, no mesmo prazo, os seus documentos de habilitação, de acordo com todas as alíneas do número anterior com as devidas adaptações.

40.3.O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do Adjudicatário à Entidade Adjudicante, por um período não superior a cinco dias.

40.4.No caso de se verificar alguma irregularidade na apresentação dos documentos de habilitação que implique a caducidade da adjudicação, a entidade adjudicante deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias úteis, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia e, posteriormente, se se verificar que a irregularidade deve-se a facto que não seja imputável ao adjudicatário, concederá ao adjudicatário em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação e adjudicação pelo

órgão competente para a decisão de contratar à proposta ordenada em lugar subsequente.

40.5. Todos os documentos de habilitação deverão ser redigidos em língua portuguesa, aceitando-se, porém, que sejam apresentados em língua estrangeira quando a própria natureza ou origem assim o exigir desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada, sendo que a tradução prevalecerá para todos os efeitos sobre os originais em língua estrangeira, salvo se a língua originária for o inglês, francês, castelhano ou galego, caso em que não há necessidade de tradução.

Art.º 41.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, sem prejuízo de nos termos do art.º 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário poder, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, o que configura consentimento para tal, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

Art.º 42.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos previstos nas alíneas 40.1. devem ser apresentados por cada um de todos os seus membros.

Art.º 43.ª

NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O júri notifica em simultâneo todos os Concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, e disponibiliza-os para consulta.

Art.º 44.ª

CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

44.1 A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:

- a) Não apresentar os documentos de habilitação, nos termos e prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou admitida ou em tradução devidamente legalizada;
- b) Não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos art.º 46.º e 47.º, a caução que lhe seja exigida;
- c) Não confirmar, quando aplicável, no prazo ou prazos concedidos pelo Júri os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua Proposta;
- d) O adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pela entidade adjudicante;
- e) No caso de o adjudicatário ser um agrupamento e os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no art.º 9.3; ou,
- f) Falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações.

44.2. A adjudicação caduca, ainda, pela ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste nos termos do art.º 87.º-A do CCP.

Art.º 45.ª

CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO

45.1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, sem prejuízo do disposto no art.º 38.º, quando:

- a) Nenhum Candidato se haja apresentado ou nenhum Concorrente haja apresentado Proposta;
- b) Todas as Candidaturas ou todas as Propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais dos documentos do procedimento;
- d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

45.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os Concorrentes.

Art.º 46.ª

CAUÇÃO

46.1. O Adjudicatário deverá apresentar caução no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do preço contratual, para garantia da celebração do contrato, bem como do cumprimento das obrigações legais e contratuais assumidas perante a Entidade Adjudicante.

46.2. Em caso de não celebração do contrato por causa imputável ao adjudicatário a Entidade Adjudicante poderá considerar perdida a seu favor, independentemente de decisão judicial, total ou parcialmente, a caução referida nos números anteriores.

46.3. Pode não ser exigida a prestação de caução quando o adjudicatário apresente seguro da execução do contrato a celebrar, emitido por entidade seguradora, que cubra o respetivo preço contratual, ou declaração de assunção de responsabilidade solidária com o adjudicatário, pelo mesmo montante, emitida por entidade bancária, desde que essa entidade apresente documento comprovativo de que possui sede ou

sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que nesse Estado exerça a supervisão seguradora ou bancária, respetivamente.

Art.º 47.º

MODO DE PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO

- 47.1.O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação para o efeito, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 47.2.A caução é prestada por depósito em dinheiro, mediante garantia bancária à primeira solicitação ou seguro-caução de igual eficácia, conforme minutas constantes dos Anexos IX, X e XI ao presente Programa.
- 47.3.O depósito em dinheiro é efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.
- 47.4.Se o Adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deverá apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 47.5.Tratando-se de seguro-caução, o Adjudicatário deverá apresentar apólice pela qual a seguradora assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer de imediato quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 47.6.Das condições da garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não poderá, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelo depósito em dinheiro, podendo designadamente ser exigido que a garantia bancária ou a declaração respeitante ao seguro-caução a emitir por entidade que não tenha sede em Portugal indique expressamente que a lei que lhe é aplicável é a portuguesa e o foro é o da sede da APSS, S.A., e que tem carácter executório, devendo a assinatura constante da garantia bancária ou da declaração respeitante ao seguro-caução e o seu conteúdo ser

confirmados por uma autoridade pública (ou outra autoridade habilitada para esse efeito)..

47.7.Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Art.º 48.ª

MINUTA DE CONTRATO

48.1.A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, aquando da notificação da decisão de adjudicação como indicado no art.º 39.2..

48.2.A Entidade Adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que, caso se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas, nos termos e condições previstos no artigo 99.º do CCP.

48.3.A minuta de contrato considera-se aceite pelo Adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

48.4.São apenas admitidas reclamações da minuta quando dela constarem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou que recusem os ajustamentos eventualmente propostos pela Entidade Adjudicante.

48.5.Em caso de reclamação, a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

48.6.Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo Adjudicatário não fazem parte integrante do contrato, sendo os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário notificados pela entidade adjudicante a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Art.º 49.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

49.1.O contrato será celebrado no prazo de 30 dias a contar da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação da caução;
- d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da Proposta adjudicada, se aplicável.

49.2.A Entidade Adjudicante comunicará ao Adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

Art.º 50.º

NÃO OUTORGA DO CONTRATO

50.1.A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;.

50.2.Nos casos previstos no número anterior, o Adjudicatário perde a caução prestada a favor da Entidade Adjudicante, procedendo a mesma à adjudicação do contrato à Proposta ordenada em lugar subsequente.

Art.º 51.º

NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

51.1. A proposta, tal como todas as comunicações e demais documentos deste procedimento de contratação, é apresentada na Plataforma Eletrónica de Contratação, sendo a proposta entregue em formato digital, através de ficheiro/s

em formato .pdf (ou compatível) não editável, através de carregamento do/s respetivo/s ficheiro/s.

51.2. Os documentos elaborados ou preenchidos pelo interessado carregados na referida plataforma eletrónica deverão respeitar o indicado na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, designadamente:

- a) os ficheiros que contêm a candidatura ou proposta devem serem encriptados e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais que deverão ser adquiridos atempadamente junto de entidade credenciada nos termos da referida lei;
- b) quando o interessado realizar o carregamento de um ficheiro de uma candidatura ou proposta, este deve estar já encriptado e assinado, com recurso a assinatura eletrónica qualificada;
- c) nos documentos eletrónicos cujo conteúdo não seja suscetível de representação como declaração escrita, incluindo os que exijam processamento informático para serem convertidos em representação como declaração escrita, designadamente, processos de compressão, descompressão, agregação e desagregação (ex. em formato .zip), a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos (ex. em formato pdf) que os constituem.

51.3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o interessado submeter na plataforma um documento indicando de forma bastante o poder de representação e a assinatura do assinante (como certidão de registo comercial, procuração ou ata adequada).

51.4. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados por estas, não carecendo de nova assinatura por parte do interessado.

51.5. Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras (como digitalizações), podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica do interessado, atestando a sua conformidade com o documento original.

- 51.6. Os interessados devem assegurar que todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, bem como todos os atos que, nos termos do Código dos Contratos Públicos, devam ser praticados dentro de um determinado prazo, são sujeitos à aposição de selos temporais emitidos por uma entidade certificadora credenciada para a prestação de serviços de validação cronológica.
- 51.7. Salvo quando referido em contrário neste Programa de Procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento serão efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.
- 51.8. As comunicações no âmbito do presente Procedimento são realizadas em língua portuguesa, exceto se outra língua for especificamente determinada caso a caso pela Entidade Adjudicante.
- 51.9. Quando excecionalmente, pela sua natureza, qualquer elemento que constitui a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser pelo Candidato Qualificado encerrado em invólucro opaco e fechado no rosto do qual deve ser escrito de forma evidente “Proposta” e “Confidencial” ou “Não abrir, salvo em ato público na data e hora prevista para o efeito”, identificando-se o procedimento e a Entidade Adjudicante e entregue diretamente ou enviado por correio registado à Entidade Adjudicante (no endereço constante do presente Convite, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção, cuja data e hora é registada, ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas e enquanto os serviços estão em funcionamento, designadamente atendendo ao horário de abertura ao público, nos termos indicados no art.º 4.º deste Programa).

Art.º 52.ª

ENCARGOS DOS CONCORRENTES

Constituem encargos dos Candidatos e dos Concorrentes as despesas inerentes à elaboração das Candidaturas e das Propostas e à celebração do contrato, incluindo as decorrentes da prestação de caução.

Art.º 53.ª

REGIME LEGAL APLICÁVEL

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Programa, aplica-se a legislação portuguesa, designadamente o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, bem como o restante normativo aplicável, incluindo o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que estabelece o regime de revisão de preços, a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos público, e a Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, todos os diplomas na sua redação aplicável disponível em <https://diariodarepublica.pt/> e <https://www.siluc.pt/>.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(conforme art.º 10.1 alínea a) do Programa de Procedimento)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública encontra-se previsto no art.º 168.º do Código dos Contratos Públicos e no Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, sendo utilizável, em língua portuguesa, o disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/> (como indicado em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/>), devendo ser assinado por representante do interessado através de assinatura eletrónica

O Documento Europeu Único de Contratação Pública deve ser assinado pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, o Documento Europeu Único de Contratação Pública deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

ANEXO II

Requisitos mínimos de capacidade financeira

(conforme art.º 14.2 alínea b) do Programa do Procedimento)

1 — Requisito mínimo de capacidade financeira traduzido pela seguinte expressão matemática:

$$V \times t \leq R \times f$$

sendo:

V – 3.600.000,00€ (três milhões e seiscentos mil euros);

t – a taxa de juro EURIBOR, a seis meses, acrescida de 200 pontos base, divulgada à data da publicação do anúncio do concurso no Diário da República;

R – o valor médio do EBITDA do Candidato nos últimos três exercícios, calculado com recurso à seguinte função:

$$R = \frac{\sum_{i=1}^{i=3} \text{EBITDA}}{3}$$

Sendo *EBITDA*: no caso dos candidatos com contabilidade organizada (designadamente, nos termos do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) criado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, na sua redação aplicável, atualmente a resultante do Decreto-Lei n.º 73/2023, de 23 de agosto), o Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, (definido como previsto no anexo n.º 2 à Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, na sua redação aplicável, atualmente a resultante da Portaria n.º 41/2025/1, de 17 de fevereiro);

f – fator igual a 1.

No caso de o Candidato se ter constituído há menos de três exercícios, para efeitos do cálculo de R só é tido em conta o EBITDA do Candidato nos exercícios concluídos, sendo o denominador da função adaptado em conformidade.

e

2 — Requisitos mínimos de capacidade financeira traduzidos pelos seguintes rácios:

- Liquidez Geral = (Ativo Corrente / Passivo Corrente) => **100**
- Autonomia Financeira = (Capital Próprio / Ativo Líquido) => **5**

Os indicadores mencionados para o cálculo dos rácios de Liquidez Geral e Autonomia Financeira deverão ser coerentes com a composição da estrutura de balanço publicada no Anexo 11 à referida Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, na sua redação aplicável.

3 — Considera-se que equivale ao preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade financeira a apresentação de declaração bancária conforme modelo seguinte (ou, no caso do candidato ser um agrupamento, como previsto no art.º 15.3):

Modelo de Declaração Bancária (conforme Anexo VI do CCP)

Concurso Limitado por Prévia Qualificação – Aquisição de lanchas para transporte de pilotos, cujo anúncio foi publicado no *Diário da República* de [data], e no *Jornal Oficial da União Europeia*, de [data]

..... [designação, número de identificação fiscal e sede] (adiante, instituição de crédito), neste ato representada por [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de [qualidade em que declara: representante legal, procurador ou outra], com poderes para o ato, declara, para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 179.º do Código dos Contratos Públicos e da eventual adjudicação da proposta que [firma, número de identificação fiscal e sede do Candidato ou, no caso de agrupamento, firmas, números de identificação fiscal e sedes] (adiante, candidato) venha a apresentar no referido procedimento o seguinte:

- a) A instituição de crédito obriga-se, perante o candidato e [designação, número de identificação fiscal e sede da respetiva entidade adjudicante], a pôr à disposição do candidato todos os meios financeiros previsivelmente necessários ao integral cumprimento das obrigações resultantes do contrato a celebrar no caso de a adjudicação recair sobre a proposta a apresentar;

b) Em cumprimento da obrigação prevista no ponto anterior, que vigora desde o início do prazo de vigência do contrato, a instituição de crédito atribui ao candidato uma linha de crédito que o habilita a sacar, para o efeito da execução do contrato, os referidos meios financeiros;

c) A emissão, a validade e a eficácia da presente declaração e a constituição, a modificação e a extinção, a qualquer título, das obrigações por ela constituídas, são integralmente disciplinadas pela legislação portuguesa aplicável.

.....[local], [data], [assinatura do representante/s da instituição de crédito].

ANEXO III

(conforme art.º 22.1 alínea b) subalínea i., do Programa do Procedimento)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

1 - [nome, morada], na qualidade de representante legal de
(1)..... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Concurso Limitado por Prévia Qualificação “.....”, ref.ª [identificar presente procedimento de contratação], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)

b)

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção

acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... [local], [data], [assinatura⁽⁴⁾, através de assinatura eletrónica mediante a utilização de certificados qualificados de assinatura eletrónica nos termos dos art.º 22.º e 51.º do Programa do Procedimento].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO IV

(conforme art.º 22.1 alínea b) subalínea i. do Programa do Procedimento)

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO, DE PRAZO DE ENTREGA DA EMBARCAÇÃO, DE PRAZO DE GARANTIA, DE PRAZO DE RESPOSTA A PEDIDO DE INTERVENÇÃO E DE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DA LANCHAS

..... [indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma e sede], depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato quanto ao Lote n.º (.....) [identificar lote, incluindo por extenso] a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Limitado por Prévia Qualificação para adjudicação da “Aquisição de Lanchas para Transporte de Pilotos”, ref.ª, obriga-se a executar o referido fornecimento de harmonia com o Caderno de Encargos, incluindo as Cláusulas Técnicas que constituem o Programa Preliminar:

a) pela quantia de€ (.....euros) [incluindo por extenso], que não pode exceder o preço base indicado no n.º 1 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos] que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante;

b) no prazo de execução de (.....) [incluindo por extenso] meses a contar da data de assinatura do contrato [que não pode ser superior ao indicado no n.º 1 da Cláusula 8.ª do Caderno de Encargos];

c) com um prazo de garantia de (.....) [incluindo por extenso] meses a contar da sua receção provisória [que não pode ser inferior ao indicado no n.º 1 da Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos]; e

d) um prazo máximo de resposta a pedido de intervenção para reparação, modificação ou substituição de materiais ou equipamentos de (.....) [por extenso] horas a contar do momento em que é comunicado o pedido de intervenção nos termos do n.º 4 da Cláusula 6.ª do Caderno de Encargos;

e) tendo a lancha as seguintes características técnicas:

- i. a velocidade em nós (a 85% MCR) de (.....) [*incluindo por extenso*];
- ii. autonomia a 25 nós de (.....) [*incluindo por extenso*] milhas;
- iii. potência propulsora por motor de (.....) [*incluindo por extenso*] kW;
- iv. rotação máxima de (.....) [*incluindo por extenso*] RPM.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao **Código dos Contratos Públicos**, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referidas no n.º 3 e 4 do art.º 69.º do **Código do Procedimento Administrativo** (referente à prestação de serviços a elementos da Entidade Adjudicante) e no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da **Lei n.º 52/2019**, de 31 de julho, na sua redação aplicável, (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Mais declara, ainda, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas e que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos, tendo pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do referido Código, por motivo que lhe seja imputável, determina a

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....(local), [data][assinatura, com recurso a assinatura eletrónica qualificada nos termos dos art.º 22.º e 51.º do Programa do Procedimento]

ANEXO V

(conforme art.º 22.1 alínea c) subal. i. do Programa do Procedimento)

NOTA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A nota justificativa do preço deve ser elaborada de acordo com os seguintes pontos:

1. Projeto de construção da embarcação;
2. Aprovação do projeto e certificação da embarcação por Sociedade Classificadora membro da International Association of Classification Societies ou por Sociedade Classificadora que demonstre cumprir requisitos equivalentes;
3. Casco e superestruturas;
4. Motores, Caixas e Equipamentos de propulsão;
5. Equipamentos auxiliares;
6. Equipamentos eletrónicos de navegação e comunicações;
7. Instalação Elétrica;
8. Equipamento de convés;
9. Instalação dos itens referidos nos pontos 5 a 9 deste anexo, inclusive;
10. Meios de segurança, incluindo meios de combate a incêndios e meios e salvação;
11. Mobiliário para a zona de comando da embarcação e acomodação de tripulantes e passageiros;
12. Provas e formação;
13. Seguros, cauções e documentação;
14. Meios de elevação;
15. Transporte da embarcação para o local de entrega;
16. Ferramentas e sobressalentes.

ANEXO VI

(conforme art.º 34.º do Programa do Procedimento)

MODELO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

1. A avaliação é feita, por lote, segundo o critério da Proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante como indicado no art.º 34.º deste Programa.
2. Os cálculos dos fatores e dos subfatores são efetuados com arredondamento à segunda casa decimal.

2.1 A – Preço (60%)

- O fator será calculado segundo a fórmula abaixo descrita, com resultados expressos com aproximação às centésimas, e pontuação entre 1 e 20.

$$F_a = \frac{P_b - P_p}{P_b} \times 20$$

Em que:

F_a – Classificação do Fator Preço

P_b – Preço base do lote

P_p – Preço da Proposta

- Os arredondamentos do valor das propostas devem ser feitos só uma vez e no final, de forma a permitir que o valor económico seja mais respeitado. Os montantes pecuniários a pagar ou a contabilizar quando se efetua um arredondamento devem ser arredondados, por excesso ou por defeito, para o cêntimo mais próximo ou, no caso de um valor exatamente intermédio, por excesso.

2.2 B – Qualidade Técnica da Proposta (35%)

A pontuação a atribuir a este fator é de 1 a 20. A avaliação dos subfactores indicados na tabela é de 1 a 5.

B₁	Velocidade em nós (a 85% MCR)	
	25	1
	25,1 a 26	2
	26, 1 a 27	3
	27,1 a 28	4
	>28	5
B₂	Autonomia a 25 nós (em milhas)	
	150	1
	151 a 175	2
	176 a 200	3
	201 a 225	4
	>225	5
B₃	Potência propulsora por motor (em kW)	
	190	1
	191 a 250	2
	251 a 270	3
	271 a 300	4
	>300	5
B₄	Rotação (RPM) máxima	
	2900	1
	2900 a 2500	2
	2499 a 2200	3
	2199 a 2000	4
	<2000	5

A pontuação absoluta neste fator será calculada segundo a seguinte fórmula:

$$B = \left((B_1 \times 0,25) + (B_2 \times 0,25) + (B_3 \times 0,25) + (B_4 \times 0,25) \right) \times 4$$

2.3 C – Condições de Garantia (5%)

A pontuação a atribuir a este fator é de 1 a 20 e a avaliação dos subfatores de 1 a 5.

C₁ – Prazo de Garantia (50%)

36 meses	1
>36 a 40 meses	2
>40 a 44 meses	3
>44 a 48 meses	4
>48 meses	5

C₂ – Resposta de Intervenção a Condições de Garantia (50%)

>48 a 60 horas	1
48 a >36 horas	2
36 a >24 horas	3
24 a >12 horas	4
≤ 12 horas	5

$$C = \left((C_1 \times 0,5) + (C_2 \times 0,5) \right) \times 4$$

2.4 Avaliação Final

A avaliação final de cada proposta será o resultado da aplicação da seguinte fórmula:

$$\mathbf{P \text{ (pontuação da proposta)} = (A \times 60\%) + (B \times 35\%) + (C \times 5\%)}$$

ANEXO VII

(conforme art.º 39.2 alínea c) do Programa do Procedimento)

MODELO DE CONFIRMAÇÃO PELO SUBCONTRATADO DOS SEUS COMPROMISSOS

.....[nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede do subcontratado], depois de ter tomado conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do Concurso Limitado por Prévia Qualificação “.....”, ref.^a [identificar presente procedimento de contratação], em que é concorrente [indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede do concorrente que contratou o subcontratado], confirma que na qualidade de subcontratado do referido concorrente se compromete, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às suas habilitações de acordo com o indicado na proposta apresentada pelo referido concorrente, nos termos do art.º 77.º n.º 2 al. c) do Código dos Contratos Públicos.

Declara, ainda, que apresentará os seus documentos de habilitação como previsto no art.º 318.º n.º 3 al. a) do referido código e no art.º 14.º do Convite do referido procedimento de contratação, que renuncia a foro especial e que se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor, nomeadamente ao Código dos Contratos Públicos, designadamente declarando que não se encontra em nenhuma das situações referidas no n.º 2 e seguintes do art.º 9.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, na sua redação aplicável (regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos).

Mais declara que aceita submeter a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato à competência do tribunal administrativo de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

..... [local], [data], [assinatura do representante do subcontratado].

ANEXO VIII

(conforme art.º 40.1 alínea a) do Programa do Procedimento)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾]; ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no Concurso Limitado por Prévia Qualificação para adjudicação da “Aquisição de Lanchas para Transporte de Pilotos”, ref.^a, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾] não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [*ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados* ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].;

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º e do art.º 40. e seguintes do Programa de Procedimento.

ANEXO IX

(conforme art.º 47.2 do Programa do Procedimento)

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

Vai [identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede], depositar na [sede, filial, agência, delegação ou sucursal] do Banco [identificação do banco com nome, número de identificação fiscal e endereço, devendo a guia de depósito comprovar que o depósito foi efetuado] em Portugal, a quantia de € (..... euros), em dinheiro como caução exigida para celebração do contrato previsto no Concurso Limitado por Prévia Qualificação ref.^a [identificar presente procedimento de contratação], nos termos do art.º 90.º n.º 3 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração. Este depósito fica à ordem da [identificação da Entidade Adjudicante com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede, APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., ou APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.] a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento, sendo todas as despesas relativas a este depósito da responsabilidade do depositante.

[Local, data e assinatura/s do/s representantes da Adjudicatária]

ANEXO X

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

(conforme art.º 47.2 do Programa do Procedimento)

O Banco [*identificação do banco com nome, número de identificação fiscal e endereço*], a pedido de [*identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede*] presta a favor da [*identificação da Entidade Adjudicante com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede, APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., ou APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.*], garantia bancária autónoma, à primeira solicitação, no valor de€ (..... euros), como caução exigida para celebração do contrato previsto no Concurso Limitado por Prévia Qualificação ref.^a [*identificar presente procedimento de contratação*], nos termos do art.º 90.º n.º 6 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

O banco obriga-se a pagar quantia que venha a ser solicitada pela [*designação da referida Entidade Adjudicante*] à primeira solicitação em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [*nome da Adjudicatária*] pretende assumir com a celebração do respetivo contrato, nem tampouco relacionados com as relações entre o Banco e esta última, sendo todas as despesas relativas a esta garantia da responsabilidade desta última.

O banco obriga-se a pagar quaisquer importâncias exigidas, até ao indicado limite do valor desta caução, no prazo de cinco dias úteis a contar da data do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios sobre o montante em dívida à taxa a que se refere o art.º 102.º §3.º do Código Comercial pelo período correspondente à mora, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este. A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na referida legislação aplicável, sendo o foro do Tribunal Judicial da Comarca da sede da [*designação da referida Entidade Adjudicante*] o competente para dirimir quaisquer questões dela emergente, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local, data e assinaturas pelos representantes do banco]

ANEXO XI

(conforme art.º 47.2 do Programa do Procedimento)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A seguradora [*identificação da seguradora com nome, número de identificação fiscal e endereço*], presta a favor da [*identificação da Entidade Adjudicante com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede, APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., ou APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.*], e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com entre a seguradora e o tomador do seguro [*identificação da Adjudicatária com nome, número de identificação fiscal e endereço da sede*], seguro-caução no valor de€ (..... euros) como exigido para celebração do contrato previsto no Concurso Limitado por Prévia Qualificação ref.^a [*identificar presente procedimento de contratação*], nos termos do art.º 90.º n.º 7 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação aplicável, destinada a garantir a referida celebração, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração.

A seguradora obriga-se a pagar quantia que venha a ser solicitada pela [*designação da referida Entidade Adjudicante*], à primeira solicitação em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro-caução respeita sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o tomador do seguro pretende assumir com a celebração do respetivo contrato, nem tampouco relacionados com as relações entre a seguradora e este último, sendo todas as despesas relativas a este seguro da responsabilidade deste último.

A seguradora obriga-se a pagar quaisquer importâncias exigidas, até ao indicado limite do valor desta caução, no prazo de cinco dias úteis a contar da data do pedido da [*designação da referida Entidade Adjudicante*], findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios sobre o montante em dívida à taxa a que se refere o art.º 102.º §3.º do Código Comercial pelo período correspondente à mora, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este. A presente caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na referida legislação aplicável e rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal Judicial da Comarca da sede da [*designação da referida Entidade Adjudicante*] o competente para dirimir quaisquer questões dela emergente, com expressa renúncia a qualquer outro.

[*Local, data e assinaturas pelos representantes da seguradora*]

≈